

Habermas e a Reconstrução da Problemática Teórica da Comunicação

FRANCISCO RICARDO RÜDIGER*

RESUMO: A teoria da comunicação vem sofrendo um processo de reabilitação na moderna teoria social. Habermas, figura exponencial da filosofia contemporânea, é um dos principais responsáveis por esse movimento. Este texto expõe, resumidamente, os principais conceitos do autor sobre a matéria e os termos de sua aplicação à compreensão dos meios de comunicação, não dispensando uma breve referência aos desdobramentos desta última na literatura recente.

DESCRITORES: Teorias da Comunicação
Communication Theory

ABSTRACT: The communication theory has been passing a process of rehabilitation in the modern social theory. Habermas, important person of the Contemporaneous Philosophy, is one of the main concepts of the author about the subject and its application to the understanding of the mass media, without leaving a short reference to the evolution of mass media in the recent literature.

1 INTRODUÇÃO

A problemática teórica da comunicação vem apresentando um desenvolvimento surpreendente ao longo dos últimos anos. Faz uma década, GONDING & MURDOCK⁽³⁾ reafirmavam, pretendendo consenso, o descompasso entre a teoria da comunicação e as teorias sociais, salientando a falta de adequação da primeira para a compreensão dos problemas da cultura contemporânea. Shanon & Weaver eram

* Professor da PUCRS e da Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Filosofia pela UFRGS.

vistos como responsáveis por uma empresa teórica de cunho tecnocrático, transplantada com finalidades ideológicas para o campo de estudos da teoria social.

O panorama hoje mostra-se bastante diverso. O conceito de comunicação está ressurgindo como chave explicativa do social nos mais variados centros de pesquisa, dentro de uma perspectiva crítica da sociedade. Nesse movimento, a figura de proa é, sem dúvida, HABERMAS, autor do volumoso *Teoria da Ação Comunicativa* (9).

2 A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

O tratado é resultado de um projeto de reflexão filosófica e teoria social desenvolvido a partir do clássico *Mudança Estrutural da Esfera Pública*; e sua essência reside na crítica do domínio da racionalidade capitalista e na renovação da praxis humana fundada pela modernidade. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, o autor havia feito uma contribuição básica ao estudo da problemática dos meios de comunicação, sublinhando seu papel no processo de transformação e decadência da esfera pública. A modernidade se estruturou com base no princípio da redução do poder social à esfera pública, enquanto espaço de comunicação das pessoas privadas, reunidas livremente como público para discussão e deliberação consensual de seus assuntos comuns. No século XX, porém, esta esfera entrou num processo de profunda decadência e quebra, motivada entre outros fatores pela colonização de seu espaço próprio pela publicidade manipulatória do capital e do Estado, cuja dinâmica se coloca no centro da chamada crise da modernidade.

Em *Teoria da Ação Comunicativa*, HABERMAS rompe com esse diagnóstico negativo da saúde da esfera pública no mundo contemporâneo, aproveitando a série de pesquisas sobre os fundamentos da competência comunicativa da sociedade que desenvolveu nos anos 70 para renovar o conteúdo teórico e prático do conceito de comunicação. Para o autor, a modernidade, enquanto projeto de emancipação da vida humana nas diversas formas de alienação, ainda não esgotou suas potencialidades, apesar das trágicas experiências históricas vividas pela humanidade em nosso século; ela contém um potencial prático e cognitivo que não foi completamente explorado, mas, ao contrário, pervertido pelo capitalismo. A razão comunicativa liberada pelas circunstâncias históricas de formação do capitalismo foi subordinada à razão instrumental, associada dialeticamente à sua ascensão. Nesse sentido, trata-se de resgatar esta dimensão do mundo moderno para prosseguirmos o trabalho de emancipação.

O conceito-chave nesta empreitada é o conceito de comunicação, cujos fundamentos o autor descobre nos textos de George Mead. No entendimento de HABERMAS, as teorias sociais têm seu destino vinculado à práxis e nessa medida estão sujeitas não somente a perderem seu potencial de esclarecimento, mas também acabarem tornando-se meios de mistificação da realidade. Porém, isto não significa necessariamente sua falência, na medida em que podem ser submetidas à *reconstrução*.

“Reconstrução significa, em nosso contexto, que se procede a desmontar uma teoria e logo a compô-la em forma nova com o único objetivo de alcançar melhor a meta que se ela mesma se impôs: esse é o modo normal de proceder com uma teoria que necessita de revisão em alguns pontos, porém cuja capacidade estimulante está muito longe de ser esgotada” (8, p.11).

A teoria da comunicação contida em estado embrionário no interacionismo simbólico parece ser o caso para nosso autor, que visualiza na mesma a ferramenta conceitual capaz de regular nossa práxis e esclarecer o caminho de nossa emancipação.

HABERMAS parte da reformulação do esquema base/superestrutura, substituindo-o pelo binômio sistema/mundo da vida. Para ele, a sociedade contém uma dimensão sistêmica, que se desenvolve de modo cada vez mais complexo e auto-regulado, especialmente no plano econômico, como revelam os teóricos funcionalistas. Porém, não se esgota nela, como pretendem esses últimos, compreendendo ainda a dimensão hermenêutica e intersubjetiva do mundo da vida. O sistema é dominado por uma racionalidade instrumental, enquanto o mundo da vida é atravessado por uma racionalidade comunicativa. Na realidade concreta, ambos se encontram em relação dialética, viabilizando-se num o suporte para o desenvolvimento do outro.

O autor discute exaustivamente os dois conceitos, tomando por base as contribuições de Parsons e Husserl. Porém, o foco de suas preocupações é a razão comunicativa enxertada no mundo da vida, que lhe serve de base para a construção de um novo paradigma de compreensão da realidade.

A filosofia da consciência, na qual se baseia aliás a teoria da comunicação tradicional, entende a razão como faculdade do sujeito. HABERMAS rejeita este paradigma, submetendo à dura crítica sua tentativa de superação por Adorno. A dialética negativa deste último não constitui alternativa ao movimento da razão moderna, indissociavelmente iluminista e instrumental, na medida em que conduz a uma resignação diante do mundo que se choca com o próprio projeto da modernidade. A razão emerge da práxis, guiada por dois tipos de racionalidade social, cuja definição, em estado embrionário desde seus primeiros escritos, o autor elabora após uma profunda análise dos textos de Weber. Neste contexto, ele distingue entre uma racionalidade estratégica, cujo sentido é a consecução de metas na realidade, e a racionalidade comunicativa, cujo sentido é o estabelecimento do consenso e das condições intersubjetivas da ação social. Na realidade, ambas se encontram ligadas, sendo uma separação um procedimento meramente analítico, mas a segunda tem um cunho complexo, simultaneamente histórico e transcendental. A racionalidade comunicativa não é somente um pressuposto formal de toda a ação social, mas também uma dimensão concreta que se desenvolve historicamente pelo diálogo, no contexto da práxis vital.

HABERMAS sustenta que o sujeito não se relaciona com o mundo e seus semelhantes apenas para conhecê-lo, e assim poder agir teleologicamente sobre o meio; neste curso, ele precisa entender-se com os demais sobre o significado prático

de seus conhecimentos e a práxis necessária ou recomendável ao seu modo de vida, é obrigado a envolver-se no processo de comunicação. A comunicação é um processo de ação primário, cuja principal dimensão tem um cunho lingüístico. A ação comunicativa é

“. . . a interação entre pelo menos dois sujeitos capazes de linguagem e ação,”. . . que (com meios verbais e extra-verbais) estabelecem uma relação interpessoal. Os agentes próximos de uma situação de ação coordenam em comum acordo o próprio plano de ação e o tipo de ação. O conceito central de interpretação refere-se em primeiro lugar à concordância de definição da situação em foco, suscetível de consenso” (9, v.1. p. 157).

A comunicação combina proposições ou enunciados de conteúdo, que relatam uma experiência para o outro, com atos de fala ou enunciados performativos, que definem a experiência em curso entre os falantes como sendo uma experiência de comunicação. Nesse sentido, ela pressupõe um certo consenso, que os participantes de sua experiência manifestam a cada situação como prova recíproca de sua competência neste campo da ação social. A estrutura deste consenso, pressuposta sempre que entramos em comunicação, contém as seguintes pretensões de validade sobre o mundo, os seres humanos e nós mesmos, de parte à parte:

- a) a pretensão de compreensibilidade do discurso proferido; ninguém realte entra em comunicação com outro com a pretensão de não ser, de algum modo, compreendido;
- b) a pretensão de verdade proposicional do discurso; a comunicação pressupõe que, quando falamos sobre o mundo, estamos falando a verdade, sob pena de não haver comunicação;
- c) a pretensão de correção valorativa do discurso; a comunicação pressupõe que, quando nos referimos aos seres humanos, falamos de modo correto sobre os mesmos;
- d) a pretensão de autenticidade subjetiva do discurso proferido; ninguém entra em comunicação com outro sobre seus estados subjetivos se não supõe a sinceridade dos proferimentos feitos.

A comunicação propriamente dita exige esse consenso, que raramente acontece dessa forma na práxis, embora esta o pressuponha, porque a vida cotidiana é cada vez mais dominada pela racionalidade econômica dos sistemas sociais, mas também repousa no fundo de significações dado pelo mundo da vida. Porém isto não significa que o esquema não tenha validade. Pelo contrário, podemos prová-la com a discussão (*Diskurs*). A discussão é uma situação na qual os participantes da comunicação tematizam e questionam o consenso pressuposto na ação comunicativa cotidiana. Vale dizer, passamos a problematizar as pretensões de validade contidas nesta ação, com vistas ao seu esclarecimento ou uma possível renovação do consenso. Segundo SIEBNEICHLER mesmo seja concretizado, conforme essa disposi-

ção, faz-se necessário porém anteciparmos hipoteticamente em toda a discussão os seguintes postulados:

- a) postulado da igualdade comunicativa: todos os participantes possíveis da discussão devem ter iguais chances de fala;
- b) postulado da igualdade de fala: todos os participantes devem ter iguais chances de problematizarem as pretensões de validade do discurso;
- c) postulado da veracidade: todos os participantes devem ser capazes de expressarem suas idéias e sentimentos, sem restrições;
- d) postulado da correção das normas: todos os participantes devem ter iguais chances de empregar os atos de fala regulativos, como mandar, permitir, proibir, etc. dissolvendo-se a noção de autoridade" (16, p.105).

O conjunto desses postulados configura a chamada *situação de fala ideal*, ou seja, uma suposição que fazemos toda vez que entramos numa discussão. Afinal, não fosse assim, a discussão não teria sentido, não haveria motivo para romper o consenso anteriormente pressuposto no quadro da ação comunicativa.

A discussão suspende ou põe entre parênteses todos os motivos e interesses em jogo na ação comunicativa, com vistas ao esclarecimento da situação em seus vários aspectos, cujo resultado deve ser um consenso sobre sua legitimidade e verdade. Para que este consenso seja possível é necessário porém que a discussão não seja afetada por nenhuma coação externa ou distorção comunicativa. A discussão corresponde à ação comunicativa pura, cujo modelo é antecipado e suposto viável, sob pena de perder toda a razão.

"A razão passa a ter um lugar: ela se enraíza nas estruturas da intersubjetividade mediatizada pela linguagem, que supõe o uso da razão, em cada uma de suas etapas, tanto na dimensão objetiva quanto na social e subjetiva. Os ideais iluministas estão pressupostos em cada ato de comunicação lingüística: sem a presunção, mesmo contrafactual, de que os homens são capazes de verdade e de justiça e podem chegar a um entendimento mútuo, a relação dialógica não se estabeleceria. Todo ato lingüístico supõe o *telos* da autonomia" (15, p. 343).

Resumindo, a comunicação envolve sempre a menção de certos estados de coisa, cuja referência pressupõe um consenso acerca de sua validade. Porém, carrega consigo também a suposição de que essa menção seja mal-compreendida pelo destinatário; ou seja, contém um espaço para discussão, capaz de projetar um novo consenso. A discussão leva da compreensão para o consenso.

O contexto histórico-cultural desse consenso, lingüísticamente estruturado, é o mundo da vida, cujo conceito é retomado, como vimos acima, de Husserl. O mundo da vida é a fonte dos modelos de interpretação que os sujeitos lançam mão para compreender seu mundo e assim constituírem-se a si próprios como sujeitos na e pela comunicação.

A ação comunicativa não é senão o processo contínuo e renovado da reinterpretação desse mundo, cujas relações com a discussão ainda não foram suficientemente esclarecidas por HABERMAS. Porém, fica claro que a comunicação não se dá sem uma mediação simbólica; vale dizer, uma fonte de saber prático ou conjunto de referências comuns com os quais os participantes podem distinguir o possível e o impossível, o negociável e o inegociável, o verossímil e o inverossímil, etc. A comunicação social é um processo estruturado, na medida em que a relação intersubjetiva entre os participantes requer, para que, do seu ponto de vista, haja comunicação, um fundo comum de conhecimento e cultura, estruturado na linguagem. Finalmente, não pode ser desvinculada de seu contexto concreto, condicionado pelo sistema econômico-político da sociedade.

A discussão consistiria neste modelo à passagem, hipotética no quadro concreto, da ação comunicativa no mundo vital, marcado pela sedimentação dos valores e as coerções sociais provenientes do sistema, à comunidade de comunicação, marcada pela boa vida. A emancipação se desenvolve portanto no seio da racionalidade comunicativa e não num suposto interesse da razão.

3 O ESTATUTO DA MÍDIA

Para HABERMAS, a reconstrução da teoria da comunicação apresenta-se como nova chave de resolução das contradições do mundo moderno e suas patologias, como novo meio de emancipação e condução do projeto da modernidade. O resultado é uma reformulação do diagnóstico sobre os meios de comunicação na moderna teoria social. Para a teoria social crítica, a comunicação se reduzia à problemática econômica, política e ideológica da mídia. Em HABERMAS, ao contrário, a comunicação não somente se torna a chave de compreensão dos meios como se alça à condição de novo fundamento da teoria social.

O autor soterra definitivamente com o entendimento dos meios de comunicação como canais de comunicação entre dois sujeitos. Os *media* não são meios de comunicação; na verdade, eles são simultaneamente meios de controle e meios de reprodução da comunicação social; meios de controle sistêmico enquanto aparatos tecnológicos submetidos à racionalidade mercantil ou burocrática; meios de reprodução enquanto formações simbólicas enxertadas no mundo da vida. A problematização do mundo da vida, gerada pelo sistema, gera a discussão, que pode ser neutralizada pelos meios de controle sistêmico, como o dinheiro e o poder, vale dizer, recebendo uma resposta estratégica ou funcional; ou então multiplicada pelos meios de formação generalizada do consenso (9, v.2, p. 258).

Embora não deixe explícito, HABERMAS sugere que os meios de comunicação são a conexão entre o sistema e o mundo da vida, são contraditoriamente a mola propulsora da dialética da modernidade. Os meios condensam a contradição entre os procedimentos sistêmicos e as estruturas do mundo da vida, multiplicando os contextos de comunicação social. Nesse sentido, são resultado da tecnificação

do mundo da vida pelo sistema, mas também da multiplicação dos espaços de comunicação decorrente da expansão da razão comunicativa em ação no mundo da vida (Idem, p. 401).

A comunicação social estruturada pelo mundo da vida não dispensa as tecnologias acapazes de formarem a esfera pública necessária à sua reprodução. Nesse sentido, a visão das mesmas como mera manipulação ou meio de colonização do mundo vital é errônea, na medida em que também são responsáveis pela reprodução da mediação simbólica da comunicação.

“As tecnologias de comunicação... possibilitam a formação de espaços de opinião pública, vale dizer, cuidam para que as redes de comunicação, por mais entupidas que sejam, mantenham-se conectadas com a tradição cultural; em última instância, seguem dependendo pois da ação de sujeitos capazes de responder por suas ações” (Idem, p. 261).

HABERMAS reformula portanto sua tese anterior de que “nas sociedades pós-liberais tenha sido liquidado o espaço da opinião pública”, injustamente consignada a Adorno & Horkheimer (Idem, p. 551). Para ele, os meios de comunicação constituem formas generalizadas do processo de formação do consenso ou comunicação social, na medida em que condensam materialmente e expandem coletivamente o mundo da vida, mas ambivalentes, na medida em que são colonizados pelos sistemas econômico e político da sociedade. Nesse sentido, carregam consigo um potencial de dominação e distorção da comunicação social que não pode ser dissociado do seu potencial de emancipação e de promoção da comunidade de comunicação hipotetizada para o futuro (Idem, p. 553). As duas dimensões coincidem dentro de um processo que não se decide por princípio, mas na práxis da comunicação (Idem, p. 555).

Para o autor, portanto, a problemática do “mass media” não reside neles mesmos, mas na sua colonização pela racionalidade instrumental do sistema econômico-estatal da sociedade. As formas generalizadas de comunicação, desde que liberadas dessa colonização e devidamente reconectadas com o mundo da vida, podem ser fator de superação das patologias vividas por nosso tempo e promoção da força emancipatória da comunicação social.

Aparentemente, a perspectiva poderia dar lugar a uma estratégia de purificação da mídia, com vistas ao estabelecimento da situação ideal de comunicação no seu sistema. Porém, o raciocínio é equívoco. HABERMAS tem bem claro para si agora que o social não pode ser transparente, há uma opacidade estrutural na sociedade. A supressão do termo *ideologia* nos últimos escritos do autor não é fortuita no seu pensamento. O conceito perde toda validade analítica quando se introduz o conceito hermenêutico de mundo da vida, terminando por se confundir completamente com as situações de comunicação distorcida por coações externas ou desenvolvimento insuficiente de sua devida competência. Em resumo, o recurso ao conceito de mundo da vida significa para o autor não somente a supressão do *telos* da transparência, na medida em que o mesmo relativiza o cunho esclarecedor da

discussão, mas a própria colocação da autonomia como *telos* da comunicação.

O processo de comunicação não pode ser restituído a sua pureza, pois essa pureza é exclusivamente conceitual, constitui uma dimensão da práxis, mas não pode se realizar como uma categoria hegeliana. Nesse sentido, pode-se sugerir o mesmo para os "mass-media" ou formas generalizadas de comunicação, cujo potencial deformador da comunicação não pode ser simplesmente liquidado, mas no máximo progressivamente reduzido, mediante principalmente a desativação das deformações geradas pelo sistema. O sistema distorce a comunicação, mas isso não significa que ela possa se manter sem sua sustentação. A colonização do mundo da vida e os obstáculos antepostos à discussão vêm gerando uma quebra no processo de formação da identidade dos sujeitos e a anomia social, mas sem o desenvolvimento sistêmico o próprio processo de expansão da racionalidade comunicativa seria contido, devido à falta de estímulo à problematização da condição vital.

A comunicação consiste apenas no meio de regular a vida social com base no consenso, sua racionalidade contém somente um modelo de boa vida, que pode servir para a construção das formas de sociedade propostas pela modernidade. A práxis nessas condições se resume em criticar as deformações sofridas pelo processo de comunicação e redimensionar a ação social conforme sua própria verdade. Em HABERMAS, a teoria da comunicação prossegue sendo base de uma práxis sem política, seu conteúdo se esgota progressivamente na solução das patologias que afetam o mundo da vida, na medida em que a cura das mesmas se encontra na ação capaz de desvincular a discussão das coerções do sistema. O *telos* da práxis fundada nessa racionalidade reside no seu próprio curso, em seu poder de antecipação da sociedade do futuro, baseada na utopia da comunicação.

4 O DESENVOLVIMENTO DA PROBLEMÁTICA

O desenvolvimento dessa reconstrução da problemática teórica da comunicação com vistas à compreensão dos "mass-media" vem seguindo as fases de sua confecção. Claus MULLER, por exemplo, procurou mostrar porque, no contexto dos modernos meios de comunicação, o potencial de renovação das estruturas sociais se transfere para as camadas médias, devido às distorções sistêmicas geradas na práxis comunicativa das classes trabalhadoras⁽¹¹⁾. Oscar NEGTE e A. Kluge descobriram em contrapartida o movimento de formação permanente de uma contra-esfera pública na sociedade moderna, em cujo bojo estariam contidas as sementes da verdadeira comunicação⁽¹³⁾. Porém, cabe a Louis QUERÉ a autoria de uma análise da problemática dos "mass-media" filiada diretamente às reflexões de HABERMAS.

O autor explora e desenvolve a sugestão habermasiana de que o mundo da vida não é exclusivamente intersubjetivo, podendo conter elementos materiais que complementam e determinam sua mediação simbólica da comunicação. Em outras palavras, QUERÉ sustenta que o processo de constituição dessa mediação pela ação comunicativa é afetada por várias instâncias, notadamente os "mass-media". QUERÉ retoma as reflexões sobre a exterioridade radical da sociedade à sua representação simbólica postulada por C. LEFORT⁽¹⁰⁾.

Assim, em contraposição a HABERMAS, QUERÉ não acredita na possibilidade de promover a emancipação da sociedade mediante o estabelecimento da comunicação como racionalidade diretora da modernidade. A comunicação social, na

qual se formam os sujeitos, não pode ser abstraída dos meios materiais responsáveis pela sua mediação, pela sua própria configuração como comunicação; mas também não se confunde com os mesmos, na medida em que sua práxis, embora mediada por eles, se caracteriza modernamente por uma discussão, socialmente condicionada, que visa o dissenso (Idem, p. 79).

Nesse sentido, não se trata de libertar as formas generalizadas de comunicação de sua dependência às estruturas de poder, mas sim de contrapor a essas formas uma contra-esfera de comunicação, cujo conceito, ciente das ligações de toda forma de comunicação com o poder, não visaria mais seu fim absoluto, e sim a renovação de suas condições de sociabilidade. O autor assimila a noção de contra-esfera pública de NEGOT & KLUGE, mas ao contrário destes não postula sua suposta verdade diante do sistema de comunicação dominante. Na realidade, há um processo de conversão entre esse sistema e a comunicação social, que não resolve em favor de um ou outro, mas que não se resolve em favor de um ou outro, mas que devemos manter funcionando sob pena de sua suspensão provocar um colapso na formação de identidade que caracteriza a modernidade. A mediação simbólica da comunicação feita modernamente pelos "mass-media" não é somente a resolução (imaginária ou dialógica) dos conflitos de uma época, mas o fundo comum em frente do qual se processa a formação do "self" e a própria transformação da sociedade (Idem p. 122).

5 CONCLUSÃO

O conjunto dessas idéias, especialmente as últimas, é rico em conseqüências práticas, que mereceriam ser analisadas do ponto de vista político e histórico. Em termos genéricos, continua valendo para elas o diagnóstico anteriormente apontado de que, como quase toda a teoria social contemporânea, fornecem uma práxis sem política. Entretanto, não é esse o lugar para desenvolver esse tipo de exame, bastando-nos ressaltar que, neste esquema teórico, a comunicação torna-se chave para a compreensão dos meios de comunicação, não porque esses últimos sejam a parte principal da problemática teórica que a sustenta, mas sim porque se torna base de um projeto de práxis e da própria teoria da sociedade, reconstruída por HABERMAS.

Doravante, para compreender a mídia e definirmos nossa práxis diante dela não basta refletir sobre seu contexto social; trata-se de compreender como base não só de um processo primário deste último, mas também como único meio de dimensionar uma relação racional e emancipatória com o futuro. A comunicação social, descoberta como paradigma de nossa razão, é a chave para prosseguirmos o projeto inacabável da modernidade.

6 BIBLIOGRAFIA CITADA

- 1 ALBIZU, Edgardo. La teoria del atuar comunicativo de Jurgen Habermas. *Diálogos de la Comunicación*, Buenos Aires, (17): 27-33, 1987.
- 2 GEUSS, Raymond. *Habermas e a Teoria Crítica*. Campinas, Papirus, 1988.
- 3 GOLDING, P. & MURDOCK, G. Theories of Communication and Theories of Society. *Communication Research*, London, 5:339-56, 1978.

- 4 GOULDNER, Alvim. *La Dialéctica de la Ideología y la Tecnología*. Madrid, Alianza, 1978.
- 5 ———. *Agir comunicativo e consciência moral*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- 6 ———. La Modernité: un projet inachevé. *Critique*, Paris (413): 950-69, 1981.
- 7 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984
- 8 ———. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 9 ———. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid, Taurus, 1988. 2v.
- 10 LEFORT, Claude. *As formas da História*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 11 MULLER, Clauss. *The Politics of Communication*. New York, Oxford University Press, 1973.
- 12 NEGΤ, Oskar. *Dialética e História*. Porto Alegre, Movimento, 1984.
- 13 NEGΤ, Oskar & KLUGE, A. *Offentlichkeit und Erfahrung*. Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1972.
- 14 QUÉRÉ, Louis. *Des Miroirs Équivoques*. Paris, Aubier, 1982.
- 15 ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- 16 SIEBENEICHLER, Benno. *Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.